

ALGUNS ASPECTOS DE LORENA NOS MEADOS DO SÉCULO XIX (1850-1869).

I. — A REGIÃO DE LORENA.

O povoamento efetivo do Vale do Paraíba iniciou-se nos meados do século XVII, quando foram fundadas Taubaté e Guaratinguetá. Entretanto, somente no início do século XVIII é que tomou forma, através de núcleos que foram surgindo ao longo do caminho que de São Paulo buscava as Minas Gerais, escalonando-se sob a forma de pousos. A Freguesia da Piedade (atual Lorena) foi um dêles e durante todo o século XVIII foi o último em território da Capitania vicentina, antes de vencer-se a Serra da Mantiqueira.

Este desvio do caminho, a partir da Vila de Lorena, deixava uma enorme área, até a divisa do Rio de Janeiro, completamente abandonada, um verdadeiro sertão bruto, povoado de algumas tribos indígenas, território que deveria ser — e realmente foi — desbravado e conquistado por gente de Lorena e de Guaratinguetá. Nêles foram surgindo capelas, freguesias, depois vilas, como o Embaú, Santo Antônio da Cachoeira, São Miguel de Areias, Senhor Bom Jesus do Livramento de Bananal, São Batista de Queluz, Silveiras, São Miguel do Piquete.

A Vila de Lorena deveria funcionar como bôca de sertão, abastecedora em homens e materiais, de todo êste povoamento disperso. Além disto, nela se situava um nó de caminhos, um cruzamento importante da estrada de Paratí a Minas, com a São Paulo a Minas e depois a São Paulo ao Rio de Janeiro.

Razões numerosas tinha portanto o Governador Lorena para confiar no desenvolvimento da Freguesia que elevara à Vila, com o seu nome, e que a partir da terceira década do século XX, com a chegada do café às terras de seu município, iria adquirir uma firme base econômica, assentada na agricultura latifundiária de base escravocrata, mais ou menos policultora, pois, além do café, o município produzia açúcar, arroz,

farinha de mandioca, milho e fumo (1). Por volta de 1850, período que nos vai interessar, encontramô-lo com uma economia estável, opulenta até e, em nenhuma Ata da sua Câmara, até 1869, encontramos uma só lamentação, uma única lamúria que fôsse, com relação a dificuldades financeiras e econômicas, contrastando com o que registram as atas de 1881 a 1888, dos primeiros tempos da crise do café.

Portanto, um município rico, pequena capital regional do seu sertão, sem dificuldades sérias de ligação com a capital da Província e com a Côrte, eis a Vila de Lorena, de que mostraremos alguns aspectos.

II. — UMA POVOAÇÃO BELA E FLORESCENTE (2).

a). — Presença do Paraíba.

Se nos fôsse dado recuar no tempo e chegarmos à Vila de Lorena, em 1850, o primeiro aspecto que nos chamaria a atenção seria a presença do Paraíba na paisagem urbana. Dividindo-se em dois braços, formando uma grande ilha, quase fronteira à então Igreja Matriz, o rio mostrava claramente o porquê do nascimento da cidade naquele sítio: era o ponto mais fácil de travessia por canoa, pois a divisão das águas estreitava a largura, tornando-a pouco maior que a de um ribeirão.

Em 1850, já encontramos uma primeira ponte de madeira até a ilha, que devia ser ocupada, e a travessia em balsa só se fazia junto a um certo Aleijadinho, depois de vencer um aterrado na ilha. Só mais tarde seria construída outra ponte, a do Pocinho, permitindo então a passagem de carros.

A primeira ponte tinha importância vital para a Vila, não só porque era a passagem obrigatória dos dois caminhos para Minas, via Piquete, para Itajubá e via Embaú, para o restante da província, como porque as mais importantes fazendas estavam situadas na margem esquerda. O certo é que a ponte aparece com muita frequência nos Livros de Atas, principalmente a partir de 1860, quando então já estava envelhecida com pouco mais de 10 anos de uso! Reclama-se contra o seu mau estado em junho de 1861 (3) e neste mesmo mês faz-se um orçamento dos concertos (4); em setembro pede-se verba ao Presidente da

(1). — Marechal Daniel Pedro Müller, "Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo", ed. "O Estado de São Paulo", 1924, pág. 124.

(2). — Ata de 29-3-1853.

(3). — Idem de 13-6-1861.

(4). — Idem de 15-6-1861.

Província e autoriza-se um reparo urgente do assoalho (5); em outubro de 1862, reclama-se novamente contra o seu mau estado (6) e a Província manda pedir o orçamento (7); em março de 1863, mudam-se as canoas para o local do Pocinho e abre-se o caminho até êle (8); em julho do mesmo ano, o Vigário requer que se faça reparo urgente, de modo a permitir a passagem do madeiramento para as obras da Matriz (9); em junho de 1864, a reparação estava concluída e o Presidente da Província manda pagar as despesas (10).

Mas não só pela ponte o Paraíba estava presente na vida da cidade. Do Largo da Matriz saía um beco para o rio, que a Câmara não consentiu que fôsse fechado com construções (11), dada a sua utilização pelo povo: pescadores, lavadeiras, barqueiros por êle transitavam para chegar às margens. De outro lado, se o rio era pouco utilizado como via de transporte, pois somente chegavam à cidade “barcas de madeira e taboado”, provenientes das vizinhanças de São José (12), falava-se, pelo menos, em introduzir a navegação a vapor, e até o Capitão Lázaro José Gonçalves Júnior chegou a pedir autorização ao Governo Imperial, sendo apoiado pela Câmara, em representação ao Ministro do Império (13). Justificava-se, assim, sobejamente, a denominação de Rua do Paraíba, que “a Comissão encarregada de apresentar os nomes das ruas desta Vila”, para que se pudesse processar o Primeiro Censo do Império, em 1851 e que acabou por não se fazer, apresentou em sessão de 20-12-1851 (14).

b). — O perímetro urbano e as ruas.

Era a Rua do Paraíba (15) uma das que limitavam o perímetro urbano, que seguia pela Rua da Ponte (atual 21 de Abril), até a Rua do Rosário (atual Hepacaré), seguindo por ela até a Rua da Piedade, pela qual se atingia o Largo Imperial, e, pela Rua Municipal (atual Dr. Rodrigues Azevedo) ia-se até a da Estalagem (atual Av. Dr. Pedro Vicente) voltando-se

(5). — Idem de 24-9-1861.

(6). — Idem de 11-10-1862.

(7). — Idem de 25-10-1862.

(8). — Idem de 21-3-1863.

(9). — Idem de 7-7-1863.

(10). — Idem de 21-6-1864.

(11). — Idem de 8-9-1853.

(12). — Idem de 29-3-1853.

(13). — Idem de 27-11-1852.

(14). — Idem de 20-12-1851.

(15). — Mudada a denominação para Jovita. Cf. Ata de 26-10-1865.

pela Rua do Comércio (atual D. Bosco), até a Rua da Boa Vista (atual Barão de Castro Lima), que na ponte encontrava-se com a dos Ourives; a Rua das Flôres ligava a dos Ourives à Rua Direita (atuais Avenidas Conselheiro Roiz Alves e Viscondessa de Castro Lima), pela qual se atingia o Largo da Matriz (16). Numerosas travessas existiam dentro dêste perímetro: a Rua do Triunfo (início da atual Azevedo Castro), desde a do Paraíba até a do Rosário, a rua Verde (atual Patrocínio de São José), a Rua Formosa (atual Padre Manuel), a Rua da Cadeia, depois chamada Augusta (atual Capitão João Inácio), a da Mangueira (saindo do Largo Imperial), a dos Prazeres, a das Violas, a da Vala, a Bela, a Alegre, a Travessa do Rosário e os Largos Imperial (Praça Dr. Arnolfo), da Matriz, do Rosário e da Cadeia (atrás da Câmara atual) (17).

Repare-se que não pertenciam ao perímetro urbano todo o Bairro da Cabelinha, ocupado com chácaras do Coronel Castro Lima, de Francisco de Aquino e outros, bem como a Barra Grande, atual Matadouro Velho.

c). — O aspecto das ruas.

As ruas deveriam ter, pelas Posturas Municipais da época, 40 palmos de largura (cêrca de 8 m.) mas praticamente nenhuma alcançava esta medida. Seu aspecto diferia totalmente do atual.

Em tôdas, bem pelo meio (18) abria-se a vala de esgotos, que necessitava de limpeza constante. Periódicamente, levantava-se o clamor geral contra o seu “estado lastimável, com perigo de epidemias, pelos miasmas que exalam”. Reclamou-se na sessão de 21-12-1852, na de 17-12-1853, na de 25-12-1856, na de 30-9-1858, na de 18-12-1858, na de 28-9-1861, na de 1-4-1867... sempre na época das chuvas, quando as enxurradas espalhavam a lama por tôda a parte. De outro lado, êste esgôto a céu aberto obrigava a construção de pontes nos lugares hoje mais inesperados. Assim, por exemplo, no fim da Rua da Piedade, quase no Largo Imperial, havia uma constante estagnação de águas servidas, formando um pântano, no dizer da época. Ora, por aí pasavam as procissões e apesar da Câmara achar que outra devia ser solução (19), acabou

(16). — Ata de 20-12-1861.

(17). — Idem de 20-12-1851.

(18). — Idem de 17-12-1853.

(19). — Idem de 20-3-1852 e 31-3-1853.

concordando em construir ali uma ponte (20). Aliás, a estagnação de águas nas ruas era fato generalizado, merecendo atenção constante do Fiscal da Câmara e dos Edis (21), que obrigavam os proprietários a limpar as valas das testadas de suas casas. Mesmo assim, as pontes eram numerosas: havia a do Largo Imperial (22), a da Rua da Vala (23), a da Rua do Rosário (24), a da Rua dos Prazeres (25). E mesmo quando a ponte não existia, existia a reclamação contra as águas estagnadas e o excesso de enxurrada, como na Rua do Rosário (26), na Rua das Violas (27), no Largo da Matriz (28), na Rua Municipal (29).

Este excesso de água pelas ruas era, muitas vezes, consequência da obstrução do rêgo da água de caráter público e que servia as residências particulares. Tratava-se de uma tomada de água de um ponto que não conseguimos identificar e que se encontrava aberto desde 12 de julho de 1828, atravessando quintais e sendo largamente utilizado, numa vila que só foi possuir água encanada no final do século. Podemos imaginar a qualidade da água, depois de passar por muitas ruas e casas. Era, entretanto, essencial para a população e o rêgo não podia ser mudado ou suprimido. Preocupava constantemente os vereadores: exigia limpeza (30), falou-se em quota para os usuários (31), necessitava fiscalização sobre os quintais (32), surgiam disputas (33).

Naturalmente, tal estado de coisas — esgôto a céu aberto, águas estagnadas e o rêgo de águas precariamente limpas — era agravado na estação das chuvas, com o mato que crescia livremente nas ruas e largos. Na entrada do outono e, portanto, na Semana Santa, o Fiscal era autorizado a mandar capinar os “lugares do costume”, isto é, as ruas e largos por onde passariam as procissões. O Largo Imperial, por sua grande área, constituía um encargo pesado para a Municipalidade, até que se resolveu arborizá-lo, deixando um espaço central

-
- (20). — Idem de 1-4-1853.
 - (21). — Idem de 15-11-1852 e 5-7-1854.
 - (22). — Idem de 13-6-1856.
 - (23). — Idem de 16-12-1853.
 - (24). — Idem de 21-12-1852 e 16-12-1853.
 - (25). — Idem de 24-9-1854.
 - (26). — Idem de 25-12-1856.
 - (27). — Idem de 27-10-1859.
 - (28). — Idem de 24-4-1869.
 - (29). — Idem de 26-4-1869.
 - (30). — Idem de 10-7-1852 e 19-12-1863.
 - (31). — Idem de 30-9-1858.
 - (32). — Idem de 15-4-1856.
 - (33). — Idem de 11-6-1865.

para um futuro chafariz (34). No final do período que estamos estudando sugeriu-se que não se capinassem mais as ruas, fazendo-se um trabalho de monda, isto é, fôsem arrancadas as ervas daninhas maiores deixando-se o capim rasteiro, para dar um aspecto de gramado de jardim!... (35).

d). — Animais soltos pelas ruas.

Tal sugestão teria a sua utilidade prática, pois serviria de pastagem para os animais soltos pelas ruas. Eis um fato que foi um espinho na garganta de todos os fiscais da Câmara. Em dezenas de Atas, porcos e cabritos, cachorros e cavalos, vacas e galinhas, davam o que falar e o que fazer aos honestos vereadores.

Desde as Atas de 1851 até as de 1869, os animais aparecem com freqüência, para que não nos esqueçamos hoje de que Lorena, daquela época, era uma vila totalmente voltada para os interesses da agricultura, para as coisas do campo, tornando extremamente fluídos os limites da zona rural, a todo momento penetrando pelas ruas pacatas do núcleo urbano.

A matança de cães com pastilhas venenosas que vinham do Rio de Janeiro (36), a dificuldade de encontrar alguém disposto a utilizá-las nos animais vadios (37), as vacas leiteiras nem sempre mansas que perambulavam pelas ruas (38), a presença de varas de porcos de viajantes vindos de Minas e que estacionavam em qualquer lugar, como a que pernoitou na noite de 25-12-1862 em pleno Largo Imperial (39), desafiavam a paciência dos responsáveis pela cidade.

Reclamações constantes dos munícipes, estrago nas árvores novas do Largo Imperial (40), acidentes pessoais, obrigavam a medidas severas: apreensão dos animais, com recolhimento ao curral da Municipalidade, sua venda em leilão ou sua eliminação pura e simples.

Mas havia dois problemas de solução difícil: primeiro, o de trânsito das tropas, que vinham de Minas, atravessavam a ponte, passavam pela Rua do Paraíba, cruzavam o Largo da

(34). — Idem de 27-4-1865.

(35). — Idem de 16-1-1869 — Sugestão do Dr. Rodrigues Azevedo.

(36). — Idem de 30-9-1858, 18-12-1858, 17-3-1866 e 5-4-1867.

(37). — Idem de 28-9-1861.

(38). — Idem de 6-2-1865.

(39). — Idem de 26-12-1862.

(40). — Idem de 15-3-1866.

Matriz, atingiam o Largo Imperial e seguiam pela Rua Municipal em direção do Rio de Janeiro, varando assim o centro da cidade; e segundo, o dos animais de montaria, de quem não tinha chácara na cidade.

O trânsito de tropas era intenso. Zaluar, que aqui esteve em 1860 (41), fala que 20.000 burros de carga desciam anualmente a Serra, passando pela cidade. Por isso, as queixas (42) e as tentativas de solução do problema. A abertura da Rua da Ponte, a atual 21 de Abril, foi consequência desta necessidade, desviando do centro, do Largo da Matriz, tropas e tropeiros.

Já os animais de montaria continuaram um problema insolúvel. Bem que a Câmara tentou resolvê-lo. Constituída de fazendeiros ricos, quase todos morando em verdadeiras chácaras no centro, dispondo de acomodações para os seus próprios animais, baixou um artigo de Postura (43), proibindo que as montarias permanecessem às portas das casas. Quem não tivesse um pastinho em casa, que soltasse os animais à noite, além da ponte e depois ficasse a manhã inteira à sua procura... Saiu em defesa da população pobre a bela figura de sacerdote, que foi o Vigário Justino José de Lorena. E a Comissão que deu parecer ao seu requerimento usou expressões enérgicas, que vale a pena transcrever na íntegra:

“A Comissão permanente tomando na devida consideração o requerimento do Revmo. Sr. Justino José de Lorena, Vigário desta cidade, como êle se convence que os rocios das cidades são destinados como uma regalia para seus habitantes nelles terem seus animais de custeio e por isso oppina para que assim seja concedido, explicando neste sentido o Art. 3.º das Posturas de 26 de abril de 1865; parecendo injusto que aquelles que mais felizes ou menos conscienciosos que puderão transformar parte do rocio desta cidade em vastas chacaras gosem só a regalia de n'ellas terem seus animais como que igualmente sirvam-lhe de objecto de interesse, ao passo que a outros seja vedado o conservar no rocio o seu único animal de custeio; e tanto mais repugnante parece esta proibição quando vemos os individuos que tem negócio de rancho e que aliás possuem pastos fazerem no entanto pernoitar as tropas no meio da cidade, como ainda esta noite se deu, o que propõe a Co-

(41). — Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, editado pela Comissão do IV Centenário de São Paulo, pág. 76.

(42). — Ata de 6-9-1853, 18-12-1851 e 14-9-1867.

(43). — Postura de 26-4-1865.

missão seja expressamente prohibido. Não ignora a Comissão que o animal cavallar solto no rocio pode em uma ou outra hora apparecer nas ruas da cidade, mas não ve o mal que n'ellas possa causar, acrescendo que julgando-se este prejudicial, basta para ser evitado que a Camara, como lhe cumpre, ordene as carpições das ruas e pateos, de maneira a não conservar n'ellas o capim e o matto, como infelismmente se vê, que faz com que os animais nellas permaneção, isto entende a Comissão dever ser o primeiro cuidado de uma Municipalidade. Entende igualmente a Comissão ser de justiça e equidade o permittir-se poder os habitantes ter sua vacca de leite no rocio, contanto porem que tenha presa a cria e que a noite quando, como é do costume procurar aquella a casa seja feixada, com o que sanado fica o mal que deve a Camara procurar evitar, qual seja a sujeita da rua ou impedir o transitio dos transeuntes”.

Assinaram tal parecer os vereadores Osório do Amaral e Azevedo Castro, na sessão de 31-12-1867. E, sendo aprovado tal parecer, realmente justo, permaneciam todavia pelas ruas os animais de custeio e as vacas de leite...

e). — Iluminação pública.

Pode parecer curiosa esta obrigatoriedade de recolher os animais à noite. Contudo era absolutamente necessária, pois a cidade não possuia nenhum tipo de iluminação noturna, a não ser o luar e não seria agradável esbarrar numa vaca, em noite chuvosa. Quando se tratava de noite festiva, como aquella em que o Bispo de São Paulo pernoitou aqui ou do nascimento de membros da Família Imperial (44), acendiam-se luminárias na Casa da Câmara (45). Fora disto, as únicas luzes que quebravam a escuridão noturna era a dos 2 lampiões de azeite que ficavam acesos na Cadeia (46) ou, provavelmente, a de uma ou outra casa particular rica.

A primeira iluminação pública que a cidade teve, foi por iniciativa do então Presidente da Câmara, Coronel Castro Lima, que adquiriu na Côte 24 lampiões de azeite (47) e mandou fazer sua instalação. O serviço custeado a princípio por donativos mensais, passou, depois, a ser mantido por um im-

(44). — Ata de 23-4-1868.

(45). — Idem de 10-7-1852.

(46). — Idem de 6-9-1853 e 27-9-1854.

(47). — Idem de 6-2-1865.

pôsto provincial de portas e janelas (48). Durante 10 anos, até 1875, quando foram substituídos por 50 lampiões a querosene (49), a iluminação da cidade limitou-se a estas duas dúzias de pontos perdidos.

f). — Os edifícios.

E' possível, porém, que o centro da cidade contasse com os lampeões das casas particulares. Realmente, o Largo da Matriz, a Rua Direita, o Largo do Rosário, a Rua Formosa e a Rua do Comércio, continham "soberbos e elegantes prédios", como diz Zaluar (50), enormes sobradões, hoje desaparecidos, cujo único testemunho é a antiga residência do comerciante português Joaquim José Moreira Lima, pai do Conde de Moreira Lima e que abriga atualmente o Colégio Estadual.

Constituia na época, talvez, a mais rica e mais sólida construção não só de Lorena, como de todo o Vale do Paraíba. Não foi fácil sua construção. Iniciados os trâmites burocráticos porque iria passar, com o requerimento à Câmara pedindo autorização para as obras, datado de 18-3-1852 (51), a Comissão concordou que o prédio alterasse o alinhamento da rua, avançando 17 palmos e fechasse um beco que saía no ribeirão, com a condição de abrir outro (52). Contra tal decisão da Câmara insurgiu-se o proprietário das casas — as mesmas casas que ainda hoje existem — que ficariam fora do alinhamento — como ainda hoje estão —, requerimento que a Câmara indeferiu "in limine" (53). Recorreu, então, o proprietário, Capitão José Fernandes de Oliveira e Silva, ao Presidente da Província, que pediu informações à Câmara. Estas lhe foram prestadas na sessão de 15-12-1852 (54), em parecer longo, em que se argumentava ser útil o novo alinhamento e que os prédios do reclamante eram muito antigos, só tinham a altura de 15 palmos, contra os 18 exigidos pelas Posturas e não seguiam alinhamento nenhum, sendo os responsáveis pelo aspecto tortuoso que tinha a rua. O Presidente da Província, a vista da informação, indeferiu o requerimento do quei-

(48). — Idem de 29-9-1865.

(49). — Idem de 28-11-1875.

(50). — Zaluar, op. cit., pág. 73.

(51). — Ata de 18-3-1852.

(52). — Idem de 20-3-1852.

(53). — Idem de 8-7-1852.

(54). — Idem de 15-12-1852.

xoso (55). Dois anos depois, a obra ainda não estava concluída e de novo é dirigida representação ao Presidente da Província, pelo engenheiro civil José Porfírio de Lima, que ao mesmo tempo solicitou à Câmara o embargo das obras, até que o Governo Provincial decidisse (56). Este, encaminhou o pedido à Câmara, para que resolvesse, e a decisão foi manter a autorização inicial (57).

Tanta dificuldade burocrática valeu a pena para que hoje pudéssemos datar, exatamente, um pequeno recanto da cidade, que, em mais de 100 anos, não foi alterado e que pudéssemos afirmar, com precisão, que o marco colocado ao lado do prédio, para assinalar o ponto onde nasceu a cidade está mal localizado, pois o beco só foi aberto em 1852.

De outro lado, a própria existência e a durabilidade do prédio, num país em que nem as igrejas vivem mais de um século, é um exemplo que devia servir de meditação para os construtores dos chamados edifícios modernos, todos envidraçados, num país de clima tropical. Herdando muitas das características árabes, suas paredes de um metro de taipa socada por mãos de escravos, suas janelas amplas, suas arcadas, seu pátio interno, onde existia um repuxo, está a desafiar o tempo e a mostrar sua perfeita adequação ao meio.

Outros sobradões dessa época vieram até quase os nossos dias e muitos lorenenses podem recordar-se de alguns. O de que ninguém se recorda é o de que serviu para Câmara, na parte superior, e cadeia, no térreo, que foi destruído por um incêndio no início de dezembro de 1855 (58). Ficava localizado no mesmo lugar do atual, avançando talvez mais para o Largo do Rosário, pois, nos fundos, em continuação da Rua Formosa, realizava-se, aos domingos, a quitanda, isto é, a feira semanal (59).

Queimado o prédio próprio, a Câmara passou a funcionar primeiro na residência do Presidente Padre Manuel Teotônio de Castro e depois em casas alugadas na Rua do Comércio (60), na Rua Hepacaré (61) e depois no Largo da Matriz (62), enquanto se processava a construção do edifício atual, median-

(55). — Idem de 28-3-1853.

(56). — Idem de 4-7-1854.

(57). — Idem de 24-7-1854.

(58). — Idem de 5-12-1855.

(59). — Idem de 25-6-1864.

(60). — Idem de 11-10-1862.

(61). — Idem de 15-3-1866.

(62). — Idem de 14-6-1867.

te verbas fornecidas pelo Tesouro da Província (63) terminando a construção depois de 1869.

Se a cidade não dispunha de Casa da Câmara, também não dispunha de Igreja Matriz, que se encontrava em construção. Já não era mais a antiga capela dos primeiros tempos da povoação, mas não se tratava ainda do atual edifício, iniciado bem depois. O Largo tinha aspecto bem diferente do de hoje, pois a igreja não era totalmente isolada, inexistindo a atual Rua Conde José Vicente, e as casas que vizinhavam paredes-meias atrapalhavam as obras e mais uma vez falou-se em abrir um beco para facilitá-las (64).

Ruas sem iluminação, envoltas em nuvens de poeira, pelas tropas de burros vindas de Minas ou transformadas em lamaçais nos tempos de chuva; com os esgotos a céu aberto e com o rêgo de água a extravasar constantemente; com o mato crescendo e os animais soltos por tôda a parte; sem casa da Câmara e sem Matriz; com terrenos abertos nos trechos mais centrais e até ranchos de sapé em plena Rua do Comércio, eis alguns aspectos de nossa terra em meados do século passado.

g). — O comércio.

Entretanto, a impressão que causava aos viajantes não era desfavorável, porque na própria cidade do Rio de Janeiro e na capital da Província muitos dêstes aspectos ainda eram encontrados. E' preciso vê-la no seu tempo, ao lado das outras povoações da época.

Zaluar, por exemplo, ficou muito bem impressionado com o que viu (65). Para êle, ao entrar-se na povoação

“descobrem-se extensas e bem alinhadas ruas, soberbos e elegantes prédios, abundantes lojas, e o movimento que já denuncia a atividade de um importante centro. A posição topográfica de Lorena não podia ser melhor escolhida, e tem todos os elementos para um dia vir a ser uma das maiores cidades do interior”.

Lembra, depois, a existência de um elegante teatrinho construído pelo Capitão José Vicente de Azevedo e enumera onze residências dignas “de figurar em qualquer das ruas da

(63). — Idem de 20-2-1861, 26-9-1861, 19-10-1861, 29-12-1862 e 16-1-1869.

(64). — Idem de 28-9-1861 e 26-2-1862.

(65). — Zaluar, op. cit., págs. 73 a 77.

capital” e de propriedade das figuras mais importantes (66). Da população urbana, afirma

“que o caráter dos lorenenses é franco, inteligente e caprichoso na realização dos melhoramentos locais. As suas habitações são cômodas e bem mobiliadas”.

Das mulheres declara categòricamente:

“as lorenenses são notáveis pela sua formosura e pelo bom gòsto com que se vestem, além de sua educação apurada e natural talento”.

O *Almanak* Laemmert de 1857 que, embora seja para a Côrte e para a Província do Rio de Janeiro, inclui Lorena, dá-nos os nomes de 105 comerciantes e bom número de seus endereços, permitindo-nos uma precária reconstrução da carta funcional da época. O comércio realmente se concentrava na rua que tinha seu nome, onde existiam nada menos de 15 casas de negócios, entre lojas, armazéns, padarias, alfaiataria, ourives, farmácia, etc. Já na rua Municipal, além de comerciantes, existiam os que prestavam serviços, como relojoeiro, marceneiro, ourives, fábrica de chapéus, o que também sucedia na Rua dos Ourives, na Rua da Piedade, na Rua Direita e na Rua da Vala.

Percebe-se que Lorena já avultava entre suas irmãs do Vale, mesmo descontando os exageros de Zaluar, que aqui encontrara uma numerosa e rica colônia portuguesa, graças àquelles fatôres já apontados: o de ser pequena capital regional e pela chegada do café às terras de seu município. Por êste motivo, a povoação que há 68 anos tinha conseguido sua emancipação política com a elevação à Vila, recebia, em 1856, o título de Cidade. Título honroso, sem dúvida, mas que parece ter sido recebido com grande frieza, pois não há nas Atas da Câmara nenhuma manifestação, nenhum voto de regozijo ou reconhecimento ao Govêrno Provincial. O mesmo aconteceu com a elevação à Comarca, em 1866, também recebida friamente, sem registro de uma só palavra em Ata de sessão.

(66). — Zaluar arrola os prédios dos srs. Joaquim José Moreira Lima, João Batista de Azevedo, Comendador Antônio Clemente dos Santos, João José Antunes Guimarães, Joaquim Honorato Pereira de Castro, Major Antônio Bruno de Godól Bueno, João José Rodrigues Ferreira, D. Maria Pereira da Guia e Azevedo, Manuel de Oliveira Pinto Júnior, Antônio Moreira de Castro Lima e Padre Manuel Teotônio de Castro.

III. — PROBLEMAS URBANOS.

a). — Abastecimento de água.

Dir-se-ia que seus 1.692 habitantes urbanos e seus 8.606 habitantes da zona rural (67) estavam mais preocupados com os problemas apresentados pela cidade, do que com honrarias. Pois problemas não faltavam, alguns pitorescos para nós, hoje, outros só resolvidos com o passar do tempo, fora do período que nos ocupa.

Sem dúvida, o primeiro era o do abastecimento de água. Já lembramos que um rêgo de água, cortando ruas e quintais, buscava aliviar a penúria do líquido. Não era, porém, suficiente. Dispunha a população ainda de uma bica (68), localizada na Rua do Paraíba, junto à ponte.

Que prestava serviços valiosos, provam-nas as numerosas referências que aparecem nas Atas, visando sua conservação (69) e a do barranco do rio. E' provável que outras existissem (70). De qualquer forma podemos imaginar, como quadro da vida diária da cidade, o constante trânsito de escravos com vasilhas de água à cabeça, bem como, as aglomerações junto à bica.

Tentando melhorar tal estado de coisas, o Coronel Castro Lima propôs, e a Câmara aprovou, a construção de um chariz a ser localizado no Largo Imperial (71), ficando o mesmo vereador encarregado das obras, cujas despesas constaram do Orçamento Municipal de 1864, com 2:000\$000 (72), que resultaram insuficientes. Escolheu-se a nascente (73), contratou-se o encanamento, aprovou-se o risco da obra (74), pagou-se o trabalho do mestre de alvenaria (75) e depois do chariz pronto, faltando somente o encanamento, a obra foi paralisada pelos vereadores empossados a 7-1-1869 (76).

(67). — Segundo dados de Olímpio Catão, in "Almanak de Lorena para 1875", págs. 43 e 44.

(68). — Ata de 10-10-1850.

(69). — Idem de 11-10-1850, 15-12-1853, 16-12-1853, 16-10-1854 e 13-6-1856.

(70). — Idem de 1-3-1862.

(71). — Idem de 19-3-1862.

(72). — Idem de 20-9-1864.

(73). — Idem de 12-1-1865.

(74). — Idem de 24-12-1866.

(75). — Idem de 14-3-1866 e 3-11-1868.

(76). — Idem de 13-1-1869.

b). — **Formigueiros.**

Outro problema sério era representado pelos formigueiros, que apareciam em tôda a parte: no Largo Imperial (77), na ponte do Faustino (78), no Largo de Santa Cruz (79), em residências particulares. Para a sua extinção pagava a Câmara a princípio 6\$000 e depois 7\$000, resolvendo finalmente colocar tais encargos em hasta pública (80), sempre com a ressalva de que o pagamento só seria devido três meses depois, quando se tivesse a certeza da extinção...

c). — **Epidemias.**

Preocupação constante, problema difícil, era o do perigo de epidemias, principalmente de varíola, que periódicamente produziam suas vítimas na cidade, nas capelas e na zona rural, trazendo em sobressalto constante a população, até o início do presente século.

Assim, por exemplo, sabemos de um surto benigno, em 1851 (81), na cidade, de outro sério, em 1855, no Sapé (82), do que grassou violentamente no Embaú, em 1856 (83), do que se registrou no Bairro das Minhocas, em 1866 (84). E a varíola era doença perfeitamente controlável, na época, pois Jenner já tinha descoberto sua vacina e de São Paulo vinham médicos vacinadores (85). A maior dificuldade parecia consistir no mêdo das pessoas, que se recusavam terminantemente à vacinação.

Terror generalizado ocorreu com o primeiro surto de febre amarela, introduzida na Bahia, ao que parece, em 1847, por um navio procedente da África e que um navio espanhol trouxe para o Rio no ano seguinte. Em meados de 1855 rondou a cidade e provocou uma série de medidas, tais como a expedição de um Regulamento de Saúde Pública, que impunha pena de multa ou prisão, o abate obrigatório das rezes para o abastecimento da população num mesmo local — porque não existia matadouro —, a desinfecção no Correio de todos os papéis e cartas vindos da Côrte e a constituição de uma Comissão

(77). — Idem de 13-6-1856.

(78). — Idem de 31-12-1866.

(79). — Idem de 23-4-1869.

(80). — Idem de 21-3-1869.

(81). — Idem de 18-2-1851.

(82). — Idem de 19-1-1855.

(83). — Idem de 18-2-1856.

(84). — Idem de 12-3-1866.

(85). — Idem de 14-4-1856.

de Saúde Pública (86). A preocupação chegou a ser tão grande que o Delegado de Polícia propôs a abertura de uma lista de subscrições “para ajudar a pobreza desvalida, quando chegar a epidemia” (87). A cidade não foi atingida, como também não o foi pelo **colera morbus**, que feridos de guerra traziam dos campos de batalha do Paraguai (88).

d). — **Pontes.**

Interessante é verificar que não há uma só referência, nas Atas dêstes vinte anos, sôbre o perigo de enchentes, quer do Paraíba, quer do Taboão. As pontes de madeira, construídas precàriamente, caíam de velhas e não pelo maior volume ou violência das águas. As pontes do Taboão aparecem, com freqüência, por êste motivo. A Ponte do Faustino, na Rua Direita, aparece 12 vêzes (89), a da Rua dos Ourives três (90) e a do Marinho, na Estrada Geral da Côrte, duas vêzes (91).

e). — **Outros.**

Também o abastecimento de gêneros alimentícios não oferecia maior dificuldade, numa cidade que se localizava no centro de uma zona de intensa agricultura, embora a Câmara a considerasse atrasada por falta de braços (92). Comprava-se na “Quitanda”, a feira dominical que já referimos, bem como, nos ranchos de tropas. Tentou-se levar o comércio de “quitanda” para o Largo Imperial, mais amplo, mas a população conseguiu a volta para o lugar antigo (93). O Matadouro, instalado provisoriamente durante o perigo de epidemia, só se instalou definitivamente na Barra Grande — o Matadouro Velho — em 1860 (94), em barracão adaptado, que vivia a exigir reparações (95). Por esta época também já se resolvera o

(86). — Idem de 20 e 22-9-1855.

(87). — Idem de 22-11-1855.

(88). — Idem de 1-4-1867.

(89). — Idem de 25-10-1851, 8-9-1853, 29-9-1858, 18-8-1862, 19-2-1863, 14-1-1865, 29-4-1865, 20-11-1865, 31-12-1866, 5-4-1867, 18-3-1868 e 9-7-1869.

(90). — Atas de 19-1-1861, 24-7-1865 e 17-9-1866.

(91). — Idem de 9-7-1868 e 23-8-1869.

(92). — Idem de 6-9-1862.

(93). — Idem de 25-4-1859 e 23-5-1859.

(94). — Idem de 22-6-1860.

(95). — Idem de 9-10-1860, 19-1-1861, 18-3-1862, 28-10-1865, 20-11-1865, 3-4-1867, 23-4-1867, 23-4-1869 e 21-8-1869.

problema do Cemitério, que, da frente da Matriz, passou para o local de hoje, embora ainda não fôsse murado (96).

E' preciso observar, contudo, que existiam, na realidade, três cemitérios: o dos católicos, o dos escravos e o dos protestantes, instalado em 1860 (97), em consequência da colônia alemã, que o fazendeiro José Novais da Cunha organizou em sua propriedade, a Fazenda Santa Cruz, no bairro do Mato Dentro e que Zaluar diz que se compunha de 72 pessoas (98) que trabalhavam no sistema de parceria, cultivando o café.

IV. — VIDA SOCIAL.

a). — **Relações com o país.**

A presença de tais imigrantes mostra que a cidade não vivia isolada do país. Pelo Correio, ligava-se três vezes por semana com a Côrte e duas vezes com São Paulo, o que se considerava muito pouco e Lorena até participou de um movimento das demais cidades do Vale pedindo que a frequência das viagens fôsse aumentada para dias alternados (99).

Quase tôdas as campanhas provinciais e nacionais da época, encontravam apóio em nossa cidade, tais como, a da estátua de José Bonifácio (100), a da estátua eqüestre de D. Pedro I (101), a da continuação da Estrada de Ferro de D. Pedro II (102), a do pagamento pelo Govêrno Provincial de juros de 2% sôbre capitais applicados em ferrovias (103).

Evidentemente, repercutiu também na cidade, a Guerra do Paraguai. Parece, porém, que Lorena, como tôda a Província de São Paulo, não se empenhou profundamente na guerra. Naturalmente, nas Atas da Câmara, aparecem os infalíveis votos de solidariedade e congratulações pelas vitórias bélicas (104) mas, apesar da nomeação de comissões (105), não sabemos de um só Voluntário da Pátria.

Inútilmente, suponho, pela constante reiteração, o Presidente da Província e a Câmara de São Paulo pediram aos fa-

(96). — Ata de 6-10-1852.

(97). — Idem de 19-6-1860.

(98). — Zaluar, *op. cit.*, pág. 75.

(99). — Atas de 1-4-1867 e 6-4-1867.

(100). — Idem de 19-10-1861.

(101). — Idem de 10-2-1861, 1-3-1862 e 6-5-1862.

(102). — Idem de 16-3-1863 — Apóio a Barra Mansa.

(103). — Idem de 6-2-1865 — Apóio a Taubaté.

(104). — Idem de 12-1-1865 e 13-3-1865.

(105). — Idem de 22-11-1866.

zendeiros, em officios reservados, que dessem liberdade aos escravos, com a condição de fazerem o serviço de guerra (106). A resposta de todos era pela negativa, “porque seus escravos não tinham vocação militar”... (107).

Em 1868, encerrando-se vitoriosamente para o Brasil a Campanha no Chaco, embora fôsse prosseguir depois nas Cordilheiras, nomeou-se uma Comissão para preparar condignamente a vitória final (108), composta de figuras de ambos os partidos e integrada ainda pelas autoridades. Como a luta se arrastasse, à cata de Solano Lopez, a Comissão cruzou os braços e, quando a nova Câmara se empossou em janeiro de 1869, considerou-se extinta, sendo nomeada outra. Os festejos não foram brilhantes e até “dignos de riso e caçada”, como escreve a Baronesa de Santa Eulália, em carta particular (109).

E' que a situação política local atravessava fase explosiva, com o assassinato do vereador Coronel José Vicente de Azevedo, atribuído injustamente a razões políticas. Não existia, pois, “clima” para festejos, apesar da Família Imperial possuir amigos fiéis entre os lorenenses, que chegaram a mudar o nome da Rua do Comércio para Princesa Imperial e a da Boa Vista para Conde D'Eu, quando da visita da Princesa Isabel, em 1868 (110).

b). — Recreações.

Assim, sòmente por condições locais da época é que não se comemorou condignamente o final da Guerra. Pois, se a cidade não se notabilizava por festas, elas não eram ausentes. Além das reuniões e recepções familiares, desde 1857, pelo menos, no sobrado n.º 14, da Rua Direita, a “Sociedade Recreio Familiar Lorenense” dava suas “partidas” de dança, na linguagem da época (111) e, no final do período, mais outra associação surgiu, a “Terpsicore Democrata”, em 1869, com a mesma finalidade (112).

A existência de duas entidades análogas, devia corresponder à divisão dos habitantes pelos dois partidos políticos e se

(106). — Idem de 29-8-1865, 22-11-1866, 24-12-1866, 14-9-1867 e 21-10-1867.

(107). — Idem de 9-2-1867.

(108). — Idem de 18-3-1868 e 20-3-1868.

(109). — Carta da Baronesa de Santa Eulália ao seu espóso, datada de 20-3-1870. Cf. A. Azevedo, “Dr. Rodrigues, Barão de Santa Eulália. A vida de “Barão do Café”. Separata da Revista de História, n.º 44, pág. 331.

(110). — Ata de 28-12-1868.

(111). — Almanak Laemmert de 1857, pág. 260 e seg.

(112). — Olímpio Catão, Almanak da Comarca de Lorena para 1875, pág. 29.

tornou um fato comum depois do rompimento da Conciliação, em 1868: dois jornais, duas bandas de música, duas sociedades recreativas...

As festas de rua estavam sempre relacionadas com a Igreja, predominando as Cavalhadas na Festa do Divino, realizadas em 1865, por exemplo, no Largo Imperial (113). Para esta festa tirava-se esmola com muita antecedência. Para a festa local ainda seria tolerável, mas também de outras cidades apareciam grupos, o que motivou enérgica proibição da Câmara (114).

As Atas silenciam sôbre outras festas, mas pela do Divino podemos supor que Lorena estava integrada na tradição dos Reis Magos, da Aleluia, do Entrudo, etc. As outras distrações eram representadas pelo teatro onde se exibiam companhias dramáticas e líricas (115) e por uma casa de jôgo, onde o voltarete, a víspera, o maringole, o bilhar eram os preferidos (116), embora a Polícia, periôdicamente, impusesse seu fechamento pela prática de jogos proibidos, como o 21, o 31, o pacau, o lasquinê (117). Os passeios da tarde eram até a figueira, no fim da Rua Municipal “cuja sombra pode servir de abrigo a umas poucas de famílias”, como diz Zaluar (118). O local, porém, não era tratado e na época das chuvas se transformava em um lamaçal (119), obrigando a Câmara a assentar duas bicas abaixo da figueira (120) e a abrir esgotos que saíam no campo (121).

c). — Ensino e religião.

O ensino consistia em uma aula pública de latim e francês, com seis alunos, duas escolas primárias públicas, masculina e feminina, com 81 alunos e uma particular, com mais de 30 alunos (122).

Para o culto católico, utilizava-se a Igreja do Rosário, com a torre meio arruinada e estava em construção, no Largo de São Benedito, a igreja do mesmo nome, depois da Câmara ter

(113). — Ata de 27-4-1865.

(114). — Idem de 10-7-1852.

(115). — Idem de 18-7-1859.

(116). — Idem de 8-8-1855.

(117). — Idem de 8-8-1855 e 19-12-1855.

(118). — Zaluar, *op. cit.*, pág. 76.

(119). — Ata de 27-12-1867.

(120). — Idem de 1-3-1862.

(121). — Idem de 26-4-1869.

(122). — Almanak Laemmert, *cit.*, pág. 261 e Zaluar, *op. cit.*, pág. 76.

negado terreno no Largo Imperial (123). A presença de alemães na cidade e na zona rural, mantendo inclusive seu próprio cemitério e organizando-se livros especiais para registro de seus casamentos, nascimentos e óbitos (124), separados dos católicos, faz pensar na existência de um local para o culto da religião reformada. As Atas, porém, nada dizem.

Lembramos, também, a situação de estrita dependência da Igreja Católica, pelo Regime do Padroado, em relação aos poderes públicos, gerando situações vexatórias, tais como, os constantes requerimentos à Câmara, pelos vigários, solicitando atestado do cumprimento de seus deveres e que os vereadores podiam negar — como negaram ao vigário do Embaú (125) — ou autorização para a

“compra de um ferro de fazer hóstias” (126),

ou de

“humana estolla roxa com franjas de ouro” (127) ou de “duas Dalmaticas roxas com seus pertences” (128).

E, se o vigário fazia a compra sem autorização da Câmara, era por ela advertido de que

“de ora em diante não deverá fazer despesa alguma pelos renditos da Fabrica preceder a sciencia das necessidades della e autorisação expressa da Camara” (129).

A despesa que provocou esta reprimenda era de 20\$000!

V. — O CAFE', UM REI NOS BASTIDORES.

Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, em 1851, a Vila de Lorena já não era um lugarejo insignificante, porta de um sertão incompreensível, como diz o Livro do Tombo de sua Matriz (130), do século XVIII.

Entretanto, era ainda uma povoação pequena, com ruas sem nomes, sem iluminação, sem água, sem esgotos, sem preocupações urbanísticas sérias, crescendo vegetativamente, com um casario modesto, sem pompa nem grandeza. Seus futuros barões do café ainda eram meninos, vivendo soltos nas fazendas ou às voltas com a palmatória dos mestres e as declinações latinas. Viviam-se mais nas fazendas que na Vila.

(123). — Ata de 5-5-1851.

(124). — Idem de 10-8-1866.

(125). — Idem de 8-7-1852.

(126). — Idem de 30-6-1851.

(127). — Idem de 11-3-1851.

(128). — Idem de 16-12-1851.

(129). — Idem de 31-12-1851.

Ao terminar a década dos sessenta, sente-se que a situação é outra. Bacharéis do Largo de São Francisco, iniciando-se na vida pública, trazem idéias novas, expendidas através de pareceres extensos sôbre questões insignificantes, arejando os debates da Câmara Municipal e elevando o seu nível, embora muitas vêzes sem o bom senso dos velhos fazendeiros, mais presos ao chão. Percebe-se que a cidade ganha nova alma, talvez pela certeza da chegada dos trilhos das ferrovias, certamente pela facilidade de comunicação com a Côrte, evidentemente pelo enriquecimento trazido pelo café.

Paradoxalmente, não há, porém, uma só referência direta à cultura do café em mais de 200 Atas da Câmara Municipal, nestes vinte anos! Nelas, duas vêzes aparece a palavra café: a primeira, quando respondemos ao Presidente da Província sôbre possibilidade de transporte pelo Paraíba, para atingir a terminal ferroviária que seria em Cachoeira, como de fato o foi (131), a Câmara arrola o café como um dos produtos que poderiam ser transportados e a segunda, informando um requerimento de um morador que pretendia a mudança de uma estrada, argumentava que o nôvo traçado iria atravessar um cafézal formado, pelo que não seria conveniente (132). E só!

Mas era o café, sem dúvida, que provocava as transformações. Zaluar fala em colheita de 100 mil arrôbas (133), pequena, significando, porém, uma produção triplicada em menos de 30 anos, pois o Marechal Müller dá para Lorena, em 1836, uma produção de 33 mil arrôbas (134); o Brigadeiro Machado, contudo, aponta 125.000, em 1854, provenientes de 57 fazendas (135).

Foi o enriquecimento trazido pelo café que permitiu as construções apalaçadas, os sobradões imponentes, a iluminação noturna, as recepções festivas; que os rapazes fôsem estudar em São Paulo; que surgissem os centros de recreação; que as esmolos para as obras da Matriz fôsem vultosas; que se hospedasse condignamente o casal de Príncipes; que subsistem as arrematações para cobrança de impostos do ramo de aguardente e aferições, que passaram de 531\$000, em 1850, pa-

(130). — Gama Rodrigues, *Gens Lorenensis*, 1956, pág. 19.

(131). — Ata de 29-3-1853.

(132). — *Idem* de 20-8-1869.

(133). — Zaluar, *op. cit.*, pág. 75.

(134). — Marechal Müller, *op. cit.*, pág. 124.

(135). — A. Azevedo, *Aspectos da Lorena Imperial*, 1954, pág. 7.

ra 805\$000, em 1868, as de cabeças de rezes cortadas, que subiram de 40\$000 (136) para 100\$000 e as das barras da Paraíba, de 16\$000 para 30\$000.

Mas nada de ilusões. Se a Vila já era cidade e sede de comarca, preparando-se para viver os anos gloriosos da década dos setenta e metade dos oitenta, ainda era um centro semi-rural, que teimava fôsse revogada a postura que impedia o pacato e tradicional chiado dos carros de boi (137), cheia de formigueiros, com quintais não cercados nas ruas mais importantes, sem prédio de mercado, sem um matadouro decente. Numa palavra: estava na vigília do apogeu cafeeiro.

Lorena, abril de 1962.

JOSE' GERALDO EVANGELISTA

Licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

(137). — Ata de 11-8-1866.

(136). — Refere-se ao ano de 1854, pois não houve arrematante em 1850.